



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 36/2021

Período: 02/10/2021 - 08/10/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Pesquisa apontou popularidade das Forças Armadas entre a população
- 2- Forças Armadas integram comissão de transparência eleitoral
- 3- A participação de militares em empresas estatais
- 4- Punições às baixas e proteção às altas patentes das Forças Armadas
- 5- Presidente assistiu a treinamento da Marinha
- 6- Início da incorporação dos caças Gripen na frota da Aeronáutica

1- Pesquisa apontou popularidade das Forças Armadas entre a população

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou uma pesquisa realizada pelas empresas Genial Investimentos e Quaest Consultoria em agosto de 2021, com coleta de dados em 95 municípios de todas as regiões do país, que mostrou que as Forças Armadas e as Polícias Militar e Federal são as instituições mais bem avaliadas do governo de Jair Bolsonaro. Segundo o periódico, os militares possuem uma avaliação positiva de 58% na média, não atingindo um índice superior a 50% somente entre alguns grupos, como a esquerda, com 44%; aqueles que avaliam o governo Bolsonaro negativamente, com 46%; e entre as mulheres, com 50%. Entre os apoiadores do governo, a porcentagem chega a 80% de aprovação. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 02/10/21)

2- Forças Armadas integram comissão de transparência eleitoral

Segundo o editorial da *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adicionou um integrante das Forças Armadas à Comissão de Transparência das Eleições, que reúne representantes de partidos políticos, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e acadêmicos, com o intuito de demonstrar à população brasileira a transparência e eficácia das urnas eletrônicas. De acordo com reportagem da *Folha*, o presidente da República Jair Bolsonaro elogiou em entrevista a participação das Forças Armadas na comissão de transparência eleitoral através do general Heber Garcia Portella, comandante de Defesa Cibernética do Exército. O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, alegou que essa participação é importante devido à representatividade do setor na sociedade. Ademais, Barroso também comentou sobre a participação das Forças Armadas, em conjunto com centros de pesquisa, na concepção das urnas eletrônicas em 1990, além de sua atuação na segurança e distribuição dos equipamentos em época de eleições. A *Folha* também identificou que a presença das Forças Armadas na comissão é

um episódio de uma trégua entre o presidente da República e o poder Judiciário, após atos de orientação golpista realizados no feriado da Independência, em 07/09/21. O periódico relatou que o presidente reduziu suas críticas ao sistema eletrônico de votação, alegando que “com as Forças Armadas participando, você não tem por que duvidar do voto eletrônico”. Essa trégua, no entanto, não foi bem aceita entre sua militância, levando o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, a divulgar um vídeo nas redes sociais pedindo para que os seguidores confiassem no presidente. (Folha de S. Paulo - Opinião - 03/10/21; Folha de S. Paulo - Política - 05/10/21; Folha de S. Paulo - Política - 08/10/21)

3- A participação de militares em empresas estatais

O editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo* revelou que a Controladoria-Geral da União (CGU) abriu um processo de investigação sobre a participação de militares nas empresas estatais federais. Em reportagem anterior, o periódico apontou que membros das Forças Armadas ocupam altos cargos das empresas, com salários que somam entre R\$ 43 mil e R\$ 260 mil. Citados como exemplos, o general da reserva do Exército Aderico Visconti Pardi, presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), recebe R\$49,9 mil; o vice-almirante da reserva da Marinha Antônio Carlos Guerreiro, presidente da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), R\$ 62,9 mil; e o general da reserva do Exército Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobras, recebe o maior valor, R\$ 260 mil. A reportagem da *Folha* apontou flagrantes irregularidades nas duas empresas de defesa vinculadas às Forças Armadas, como a Imbel não compor o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para o processamento da folha de pagamentos, “o que contraria a legislação”, e a Amazul empregar “16 funcionários com recebimento acumulado de aposentadoria”. Na auditoria realizada pela CGU, contudo, as estatais ligadas ao Ministério da Defesa não foram incluídas, alegando que algumas normas legais impedem as ações em órgãos vinculados ao Ministério da Defesa. Nesse sentido, o jornal destacou que os valores vêm causando incômodo nas fileiras militares, “tendo sido objeto de questionamento em uma publicação dedicada a temas do meio”, e afirmou que as Forças Armadas estão ocupando cada vez mais o setor público numa tentativa do presidente da República de conceder privilégios para essa instituição. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/10/21)

4- Punições às baixas e proteção às altas patentes das Forças Armadas

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* apontou que, apesar das constantes punições sofridas por praças e oficiais subalternos da Marinha brasileira, os oficiais superiores não recebem tantas condenações. Através da Lei de Acesso à Informação, o periódico conseguiu dados que comprovam que, dentre as Forças Armadas, a Marinha é a única a centralizar e sistematizar os dados. Tais dados revelaram também que a Marinha possui uma frequência de punições para patentes mais baixas e concede proteção às altas patentes. Segundo a reportagem, em análise do período de 2017 a 2021 constatou-se que para os suboficiais, sargentos, cabos, marinheiros e soldados foram aplicadas mais de 10 punições por dia. Já entre os oficiais intermediários e subalternos, foi aplicada 1 punição a cada 4 dias. Entre os capitães de corveta, de fragata e de mar e

guerra, foi aplicada 1 punição a cada 22 dias, em média. Aos oficiais generais, as mais altas patentes, não há punições registradas nesse período, e apenas uma nos últimos 10 anos, determinada pelo Superior Tribunal Militar (STM) a um contra-almirante, que recebeu a pena mínima de 2 meses de detenção por um crime de lesão corporal culposa. Segundo a *Folha*, recentemente a proteção às altas patentes causou incômodo interno ao ser concedida ao ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, após se envolver em uma manifestação de apoio ao presidente da República Jair Bolsonaro. No que se refere à Aeronáutica e ao Exército, outra reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* revelou que houve um apagão de dados sobre o histórico de punições aplicadas aos militares. Para se obter as informações, segundo o Exército, seria necessário realizar uma busca manual. Em notas, os comandos do Exército e da Aeronáutica afirmaram não existir “registros consolidados” e centralizados das informações solicitadas, que estariam espalhadas pelas diversas unidades militares ao redor do país. Em outra reportagem da *Folha*, no dia 06/10/21, o jornal afirmou ter protocolado diversos pedidos para a obtenção de tais informações, que foram negados pelas Forças Armadas, inclusive com o aval da Controladoria-Geral da União (CGU), alegando “necessidade de preservar a hierarquia e disciplina; a natureza pessoal das informações; a existência de uma relação ‘personalíssima’ entre o militar e o comandante que pune; e regime jurídico diferenciado dos militares”. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/10/21)

5- Presidente assistiu a treinamento da Marinha

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro acompanhou, no dia 04/10/21, um treinamento da Marinha realizado em alto-mar, a aproximadamente 160 quilômetros da costa brasileira. Durante o treinamento, o pastor evangélico Silas Malafaia, que acompanhava o presidente, gravou as reações deles com o lançamento pelos militares de um míssil desenvolvido pelas Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 05/10/21)

6- Início da incorporação dos caças Gripen na frota da Aeronáutica

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) aguarda a finalização dos quatro primeiros caças Gripen para uso operacional da divisão, fabricados pela empresa sueca Saab. A previsão é que dois dos aviões embarquem da Suécia para o Brasil em dezembro e cheguem no primeiro semestre de 2022, quando serão levados para o Centro de Ensaios de Voo do Gripen, na unidade conjunta da empresa sueca com a Embraer no parque de Gavião Peixoto (SP). Lá serão realizados os testes para dar ao modelo o Certificado de Tipo Militar, uma autorização de uso concedida pelo 1º Grupo de Defesa Aérea (GDA), também conhecido como Esquadrão Jaguar. Os aviões possuem a nova tecnologia IRST, unidade de rastreamentos por infravermelho, considerada “vital para o combate moderno”. De acordo com o chefe de marketing e vendas aeronáuticas da Saab, Mikael Franzén, o planejamento prevê a entrega de 36 aeronaves até 2026, conforme o contrato assinado em 2014 no valor de 29 bilhões de coroas suecas, equivalente a R\$ 24 bilhões, financiados por 25 anos. Além disso, o periódico também relatou o desagrado da Embraer com a redução de encomendas de suas aeronaves, de 28 para 13,

e pelo corte da FAB da "joia de sua coroa", nas palavras de observadores da indústria em referência ao cargueiro militar KC-390 Millennium, que, segundo especulações de militares, ocorreu como prenúncio da compra de uma nova leva de caças Gripen, desejo da Aeronáutica desde os anos 2000. Ainda é esperado que 15 dos aviões da encomenda sejam produzidos integralmente no Brasil, e que a transferência tecnológica a empresas brasileiras, como a Embraer, e à FAB, possa fazer do país parte da cadeia produtiva global de aviões. Segundo a *Folha*, o plano da Aeronáutica seria o de unificar a frota de combate no modelo Gripen, uma vez que os caças F-5 atualmente utilizados pelo GDA não foram desenhados para missões de interceptação, o principal objetivo do esquadrão. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/10/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Leonardo Pontes Vinhó

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)
Débora Cruz Silva
Giovani Nunes de Aguiar
Giovanna Palas Soares Santos
Grazielly Dourado Santos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima